



PASTORAL DA CRIANÇA

Para que todas as crianças tenham vida e a tenham em abundância (Jo 10,10)

Entrevista com Lady Anne dos Santos Cardoso - Direitos Humanos

Os Direitos Humanos são direitos inerentes a todos, independente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Incluem também, o direito à vida, à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, ao trabalho e à educação, entre outros.

A Pastoral da Criança trabalha de forma estratégica em demandas relacionadas à defesa dos direitos humanos, promovendo o desenvolvimento infantil, à luz do evangelho, reforçando a opção pelos pobres, desde o ventre materno até os 6 anos. Além disso, para que famílias e comunidades realizem sua própria transformação, a instituição contribui por meio de orientações básicas de saúde, educação, cidadania e nutrição, fundamentadas na mística cristã que une fé e vida.

“A Pastoral da Criança atua na defesa dos direitos quando cria rede de apoio e proteção que luta para garantir que as crianças e as famílias tenham vida e vivam dignamente”, diz a advogada e assessora da Pastoral da Criança e da Pastoral da Criança Internacional, Lady Anne Cardoso.

Saiba mais na entrevista abaixo e no programa Viva a Vida desta semana.

ENTREVISTA COM: Lady Anne dos Santos Cardoso, advogada e assessora da Pastoral da Criança e da Pastoral da Criança Internacional.

Como a desigualdade social impacta no exercício dos direitos humanos relacionados às crianças?

Inicialmente, é importante lembrar que a desigualdade social é uma violação aos direitos da criança, afinal, se o responsável



pela criança não tem o básico para sobreviver, conseqüentemente a criança também não terá, ela irá sofrer pela ausência de segurança alimentar, ausência de higiene, moradia, água potável, ela estará vulnerável a sofrer várias formas de violência. O acesso dessa criança à educação será bastante limitado, bem como o acesso à saúde, a um ambiente seguro e acolhedor, no qual ela possa se desenvolver. Isso porque, quem tem menos condição socioeconômica tem pior, ou nem chega a ter, acesso ao básico para viver dignamente.

E nós que fazemos parte da Pastoral da Criança sabemos que o que acontece especialmente nos primeiros 1000 dias de vida da criança, vai refletir em sua vida futura.

A Dra. Zilda costumava dizer que: “Há muito o que se fazer, porque a desigualdade social é grande. Os esforços que estão sendo feitos precisam ser valorizados para que gerem outros ainda maiores”.

O que podemos fazer para proteger os direitos das crianças e de suas famílias?

É necessário termos consciência de que a proteção dos direitos das crianças, segundo dispõe a Constituição Federal Brasileira, no artigo 227, é um dever da família, da sociedade e do Estado. Portanto, é preciso unir forças para lutar contra as causas que promovem o empobrecimento, injustiças, violência e a opressão daqueles que são incapazes de lutar por si mesmos. Precisamos agir e impedir que as crianças sejam exploradas, abusadas, forçadas a trabalhar. É dever de todos garantir que as crianças, que as famílias tenham o básico para viver dignamente.

Como a Pastoral da Criança ajuda na promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e suas famílias?

A ajuda acontece desde o momento em que o voluntário da Pastoral da Criança realiza sua missão, vai ao encontro das famílias, visita, orienta sobre os cuidados e necessidades da criança desde a gestação. Quando o brinquedista proporciona momentos para que essas crianças possam brincar, imaginar, demonstrando e ensinando as famílias e a comunidade que essas ações também são essenciais para o desenvolvimento, também é uma forma de promoção. A Pastoral da Criança atua na defesa dos direitos quando cria rede de apoio e proteção que luta para garantir que as crianças e as famílias tenham vida e vivam dignamente.

Como a valorização dos direitos humanos promove a dignidade social?

A dignidade social existe quando o ser humano tem assegurado um mínimo de direitos que o possibilita viver bem. Existem inúmeros direitos garantidos ao ser humano, visando reconhecer e proteger que todos, indistintamente, precisam do básico para sobreviver dignamente. Essas garantias estão descritas

principalmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em nossa Constituição Federal de 1988.

A alma dos direitos humanos é a dignidade da pessoa. Portanto, quando ao ser humano é garantido desde o nascimento, moradia, alimentação, saúde, educação, transporte, lazer, segurança, proteção à maternidade e à infância, entre outros direitos, podemos concluir que esse indivíduo tem dignidade social, pois suas necessidades vitais para viver de forma digna lhe foram asseguradas.

Na catequese do Papa Francisco, que trata de Fé e dignidade humana, nos pede para reconhecermos em cada pessoa, independentemente da sua raça, língua ou condição, a dignidade humana, pois toda vida humana tem um valor inestimável.

Quais são os maiores desafios para a garantia dos direitos humanos hoje?

Destaco o crescente aumento de desigualdades sociais, o acesso limitado às oportunidades de educação, precariedade da saúde pública, falta de transparência e abuso de poder, falta de ações e políticas públicas que garantam a qualidade de vida das famílias e promovam a igualdade entre as pessoas.

Além destes, outro desafio que merece destaque é a falta de respeito entre os seres humanos. É necessário e urgente que cada um reconheça sua responsabilidade para com o outro, afinal fazemos parte do todo. Por isso, além dos direitos também temos deveres inerentes à condição humana.

Quais são os principais direitos das crianças?

Todas as crianças têm direito a uma vida digna, saudável, e a viver em um ambiente de amor e seguro com condições favoráveis para seu crescimento e desenvolvimento. No Brasil, os direitos das crianças estão amparados na Constituição Brasileira e também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A criança deve ser considerada como prioridade e a ela deve ser garantido como direitos principais: saúde, alimentação, educação, dignidade, segurança, bem-estar e convívio familiar e social. E quando falamos no convívio social, a criança tem o direito e necessidade básica de brincar e se relacionar com outras crianças. A criança tem o direito de ser estimulada a expressar suas ideias e sentimentos. Nesse sentido, na Pastoral da Criança, temos a E-capacitação de Brinquedos e Brincadeiras, que está disponível no Aplicativo Visita Domiciliar.

(MENSAGEM)

Irmã Veneranda da Silva Alencar, Coordenadora Nacional da Pastoral da Criança.

Como a Pastoral da Criança ajuda a defender os direitos humanos?

Desde sua origem, a Pastoral da Criança está comprometida com a promoção da qualidade de vida das pessoas, através das ações básicas de saúde, direitos e cidadania. A construção da paz e o respeito aos direitos humanos é uma conquista coletiva. Tem lugar quando encorajamos as pessoas, quando promovemos os valores culturais e éticos, as atitudes e práticas da busca do bem comum, que aprendemos com nosso mestre Jesus; "Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância". A Dra. Zilda já dizia: "Como os pássaros, que cuidam de seus filhos ao fazer um ninho no alto das árvores e nas montanhas, longe de predadores, ameaças e perigos, e mais perto de Deus, deveríamos cuidar de nossos filhos como um bem sagrado, promover o respeito a seus direitos e protegê-los". A Pastoral da Criança, junto com outras instituições e pastorais sociais, esforça-se sempre mais para que as crianças e suas famílias tenham seus direitos respeitados, em prol de uma vida plena e digna para todos.

(TESTEMUNHO)

Maria Talita Souza Ferreira, líder da Pastoral da Criança e membro da Equipe Diocesana de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Maria

Como é que a Pastoral da Criança colabora para o respeito aos direitos humanos?

A Pastoral procura por meio da educação e informações fazer a família assimilar as suas competências no cuidado das crianças e com a atuação dos líderes e ajuda da comunidade lutar na tentativa de proteger direitos básicos.